

## Um olhar sobre a atuação do serviço social no cenário do PROEJA no Instituto Federal Fluminense

Marta Castro Andrade\*

### Resumo

Este trabalho apresenta uma breve reflexão sobre a atuação do Assistente Social no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Centro. Questionando a atuação do Serviço Social nesse espaço educacional, observamos que os programas desenvolvidos pela Coordenação de Apoio ao Estudante para oferecer suporte às necessidades educacionais dos discentes, são poucos utilizados pelos alunos do curso PROEJA conforme nos mostra a pesquisa. Acreditamos que necessita haver por parte deste profissional uma atuação direcionada por meio de uma prática interprofissional para discutir tanto a realidade dos estudantes quanto as particularidades do curso.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação de Jovens e Adultos. PROEJA.

### Abstract

*This work presents a brief reflection about the role of the Social Worker in the National Programme for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Form of Youth and Adults (PROEJA) of the Fluminense Federal Institute (IFF) Downtown Campos Campus. Questioning the role of*

---

\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduanda em Educação Profissional Integral a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

*Social Service in that education place, we by the Student Support Coordination that offer support to the educational needs of the student body students according to what is shown in the research. We believe that it is necessary to have a directed performance by this professional though an inter-professional practice in order to discuss both the students reality and the particularities of the course.*

**Key words:** *Social Work. Youth and Adults Education. PROEJA.*

## Introdução

Nos últimos tempos ocorreram grandes mudanças na sociedade brasileira decorrentes do processo de globalização, da adoção de novos padrões e de produção industrial caracterizada, principalmente, pela flexibilidade do trabalho refletiram nas várias expressões da questão social, exigindo, enfim, um novo perfil de trabalhador com maior conhecimento, capacidade de raciocínio, abstração e iniciativa.

Esses requisitos solicitados pelos empregadores causaram um crescente número de exclusão social, econômica, política, cultural essencialmente nas classes subalternas.

Diante de tal realidade, visando a uma adequação desses trabalhadores, o Governo Federal apresenta para a sociedade o PROEJA com o objetivo de reinserir e qualificar a grande massa de trabalhadores que se encontrava excluídos.

No entanto, para receber esses sujeitos com peculiaridades tão particulares no processo de aprendizagem, a escola requer uma equipe de profissionais para contribuir na construção de projetos político-pedagógicos.

É nesse contexto que a inserção do Assistente Social no cenário educacional se faz necessária, pois conduzirá com os seus conhecimentos as complexas questões sociais apresentadas no cotidiano escolar por esses estudantes. Conforme afirma Martinelli (1998).

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar a consciência, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, a intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciências, com a linguagem que é a relação social.

Nesta perspectiva, procurou-se, diante das questões apresentadas acima, propor a atuação do Serviço Social de forma mais contundente no PROEJA, pois acreditamos que possibilitará um resultado efetivamente melhor no que se refere à permanência e aprendizagem dos seus estudantes.

Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende. (Leonardo da Vinci)

## **A Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Centro**

### Um Breve Histórico da EJA no Brasil

O contexto histórico da EJA no Brasil está relacionado com a educação como um todo e com as transformações políticas, sociais, econômicas, culturais ocorridas nos diferentes momentos em nosso país.

O termo Educação de Jovens e Adultos substituiu a expressão Ensino Supletivo. Desde que passou a ter dois artigos específicos na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 tornou-se uma modalidade de ensino e se destina ao sujeito que não teve acesso aos estudos ou dela fora excluída nos níveis Fundamentais e Médios, na faixa etária dos 07 aos 17 anos.

Esta educação ocorre desde o período do Brasil Colônia e Império com caráter de doutrinação religioso. Somente a partir do início do século XX, a educação passa a ser vista como um problema nacional.

A década de 1930 foi marcada pela entrada do Brasil no mundo capitalista de produção, pois vivíamos em um país de sistema agrário e passamos para uma burguesia industrial. Este novo quadro implantado passou a exigir mão de obra especializada e para tal era preciso investir em políticas educacionais. Sendo assim, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Diante dessa realidade, a EJA ganha expressão. A Constituição de 1934 dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Em seu Art. 150 estabelecia que é dever do Estado oferecer o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos. A nova Constituição de 1937 introduziu o ensino profissionalizante e a obrigatoriedade das indústrias e sindicatos criarem escolas de aprendizagem.

Porém, esta Constituição privilegiava o trabalho intelectual para a classe burguesa e os trabalhos manuais para o proletariado<sup>1</sup>.

A década de 1940 ampliou de forma mais expressiva essa educação dentro da sociedade com o surgimento de várias campanhas, tais como: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o surgimento do ensino supletivo, o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) voltada especificamente para a Região Nordeste. Todas essas campanhas eram incentivadas pela recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Cabe ressaltar que mais de 50% da população brasileira maior de 18 anos, nessa década até o começo de 1950, eram analfabetos. Diante dessa realidade, o Governo Federal criou, o Fundo Nacional de Ensino Primário por meio do Decreto nº19.513, marcando o início da institucionalização da EJA pela União.

No entanto, para essas pessoas, só lhes restavam as campanhas em massa como meio de se alfabetizarem e se qualificarem.

Em 1947, com o fim da Ditadura Militar o país entra no período de redemocratização, foi nesse cenário que o Ministério da Educação promove a primeira Campanha de Educação de Adolescente e Adulto no país, pelo educador Lourenço Filho e tinha como objetivo levar a educação de base para os iletrados das cidades e das zonas rurais, pois nesse período, o Brasil necessitava de trabalhadores qualificados, devido aos avanços industriais e precisava aumentar as bases eleitorais para a sustentação do Governo Central.

A CEAA em suas ações pretendia que a alfabetização do curso primário ocorresse em dois períodos de sete meses, sendo o período seguinte para a capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Nos primeiros meses o resultado foi significativo, mas esta campanha, a partir de 1954, começou a não dar certo e foi encerrada em 1958.

Neste mesmo ano, ocorreu o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos que tratou da importância desse seguimento na solução dos problemas apresentados pelo desenvolvimento econômico e a necessidade de encontrar diretrizes para as mesmas.

<sup>1</sup> A constituição de 1937 estabelecia em seu art.129 o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas e as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar na esfera de suas especialidades escolas de aprendizes destinadas aos filhos dos operários ou de seus associados.

Em 1961 tem início uma nova campanha de alfabetização, com um diferenciado paradigma pedagógico, tendo como referencial Paulo Freire. Ele propunha alfabetizar em 40 horas, desenvolvendo uma metodologia que unia a especificidade dessa educação em relação a quem educa, para que e como educa, partindo do princípio que a educação é um ato político, tornando, portanto, o indivíduo submisso ou libertador.

Entretanto o golpe militar de 1964 conteve o movimento de Paulo Freire e de seus seguidores que estavam apenas começando, e a nova gestão política influenciou diretamente todos os setores da sociedade brasileira, inclusive a educação.

Na década de 1960 houve vários movimentos na EJA que visavam à educação e à cultura popular. Destacamos:

► Movimento da Cultura Popular (MCP) – Era organizado em conjunto com a Prefeitura Municipal do Recife, tinha como objetivo alfabetizar, utilizando novos métodos de aprendizagem, desenvolvia ações no campo do teatro, atividades culturais nas praças públicas e escolas para crianças e adultos.

Foi extinto em 1964 devido ao Golpe Militar.

► Movimento de Educação de Base (MEB) – Surgiu sob a liderança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A alfabetização se realizava através das emissoras católicas conveniadas ao MEC, e o Governo Federal colaborava financeiramente, repassando recursos para a CNBB.

► Centro Popular de Cultura (CPC) – Fundada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), tinha como objetivo a produção de manifestações artísticas populares e visava à uma formação política e cultural da população por meio do debate sobre os problemas nacionais.

Em Dezembro de 1967 por meio da Lei nº. 5.379, ainda sob o regime da Ditadura Militar, é incorporado à educação para as massas populares o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF. Ele surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciada por Lourenço Filho. Tinha como proposta erradicar o analfabetismo sem uma preocupação com a formação do homem, oferecendo apenas as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Contudo ele passou por diversas alterações oferecendo Programa de Alfabetização Funcional, Cultural Erradicação Integrada até Programa de Profissionalização. No entanto, no ano de 1985, ele foi extinto e transformado na Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar.

A Fundação Educar tinha de diferencial a vinculação ao Ministério da Educação, porém ela se retirou oficialmente desse campo de atuação

se desobrigando de articular a política nacional de EJA, incumbindo os municípios a responsabilidade de dar continuidade a esse atendimento. Ela foi extinta em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, surgindo o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que durou somente um ano.

Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES) que até alguns anos era a única opção para que jovens e adultos cursassem principalmente o Ensino Médio. Perderam espaço, embora algumas Instituições continuem sendo referência.

Ainda sob o regime da Ditadura Militar em 1971 é instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº5.692 que tinha como característica a reformulação do ensino de 1º e 2º graus introduzindo a profissionalização na formação educacional. Ela designou um capítulo para o Ensino Supletivo e determinou que competisse aos estados desenvolvê-lo.

Vale lembrar que, nesse período, o exercício da cidadania foi restringido e todos os movimentos de oposições foram reprimidos com violência. No que se refere à economia, o país ingressou em uma fase de industrialização e um crescimento acelerado, sem, contudo beneficiar a maioria da população, em particular a classe trabalhadora.

A década de 1980, no campo político, foi extremamente significativa para a história nacional: saímos da Ditadura Militar para o processo de redemocratização. Destacamos como fatos marcantes: a fundação de centrais sindicais, promulgação da Constituição Federal, surgimento e consolidação de várias organizações da sociedade (OAB, CNBB e outros), eleições diretas para a Presidência da República.

A promulgação da Constituição de 1988, em seu artigo 205, declara que a educação, como direito de todos, é dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Dessa forma a Carta Magna reconhece que a sociedade foi incapaz de garantir escola básica para todos na idade adequada e ampliou o dever do Estado para com todos aqueles que não tiveram escolaridade básica, independente da idade, inclusive a educação de jovens e adultos, crianças e adolescentes, e reitera a tríplice dimensão de desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

Os anos 1990 marcaram o declínio da Era do Ouro, o fim do pleno emprego, o impacto das novas tecnologias no mundo do trabalho, bem como os mecanismos de globalização. Desta forma, a educação passa a ser vista como objeto das políticas neoliberais preconizadas pelos diversos organismos internacionais. Várias reformas na educação foram

implementadas como a nova LDB (Lei nº 9.394/96) que reservou um capítulo próprio para a EJA.

Em 1993, o governo de Itamar Franco, reconhecendo a importância da educação básica para jovens e adultos, criou uma comissão para elaborar o Plano Decenal de Educação (PDE) para todos, que fixava metas para prover oportunidades de acesso e progressão no Ensino Fundamental a analfabetos e a jovens e adultos pouco escolarizados. No entanto o sucesso do plano dependia de compromissos da União, Estados, Municípios, das famílias e da sociedade civil.

A Emenda da Constituição de 1996 em seu Art. 208 suprimiu a obrigatoriedade do Poder Público de oferecer o Ensino Fundamental aos jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria e o art. 60 que determinou acabar com o analfabetismo em dez anos.

Nesse mesmo ano, através da Lei nº 9.424/96, regulamentou-se a Emenda nº14/96 que criava o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF – com a proposta de definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental, por meio de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos Municípios e Estados.

Nessa definição, o financiamento da EJA ficou sem recursos, visto que os seus alunos não foram computados para o cálculo dos investimentos próprios desse fundo, pois seu financiamento na esfera municipal passou a concorrer com a educação infantil e no âmbito estadual, com o ensino médio.

Contudo o que percebemos durante os anos de 1990 na EJA foram momentos de desestímulos e ausências efetivas de políticas públicas, pelo fato de que a única ação do governo, no âmbito específico da EJA reduzia-se ao Programa “Alfabetização Solidária” que era ligado à Presidência da República sem relação com o MEC e que tinha como proposta selecionar e capacitar alfabetizadores, em parceria com universidades, poderes públicos, federais e municipais e outros, atuando, principalmente, no Norte e Nordeste do país, com o objetivo de alfabetizar em cinco meses.

Nesse mesmo ano, após a Conferência Mundial sobre Educação para todos realizada em Jontien na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a primeira etapa da Educação Básica<sup>2</sup>. Enquanto isso, o Governo Federal transfere para os Estados e Municípios a responsabilidade desta educação.

<sup>2</sup> A Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jontien (Tailândia), em 1990, entendeu que a alfabetização de jovens e adultos seria uma primeira etapa da educação básica. Consagrando a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, isto é, separada das “necessidades básicas de aprendizagem”.

No final da década de 1990, o governo implantou em todas as regiões do país, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR - com a proposta de democratizar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente para aqueles que se encontravam em situações mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Se fizermos uma análise das campanhas e os movimentos de massas realizadas nos últimos tempos nessa educação, podemos considerar que a sociedade injusta e desigual em que vivíamos na época contribuiu para essa educação não ter dado certo.

Em janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva implantou o Programa Brasil Alfabetizado com a proposta de que a educação de jovens e adultos seria uma prioridade em seu governo. Para isso, instituiu a Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), por meio do qual o MEC desenvolvia ações governamentais em órgãos públicos estaduais, municipais e no âmbito da sociedade civil organizada.

Devido às novas exigências profissionais, o fechamento de vários postos de trabalho, a precarização das relações de trabalho, o aumento do trabalho informal, a redução do poder de compra dos salários, surgem procuras por escolarização, exigindo novas qualificações, competências e habilidades dos profissionais.

O Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, instituiu o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Decreto trouxe grandes desafios como o de propor a organização de políticas educacionais emancipadoras desses sujeitos para atuarem no mundo do trabalho, considerando um marco na história da política:

O que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de

vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. (BRASIL, 2006b, p.10).

Portanto, essa educação não propõe somente uma preparação para o mundo do trabalho, ou se restringe à compensação do tempo perdido, ou a simples certificação, mas vai além disto: preparar jovens e adultos para desempenhar na sociedade papéis de cidadãos autônomos, críticos em seus pensamentos, éticos, conscientes e capazes de transformar as realidades sociais. Enfim, contribuir de alguma forma com esses indivíduos para atuarem dentro da sociedade de forma mais reflexiva.

### **Os desafios do Instituto Federal Fluminense campus Campos-Centro na implantação do curso PROEJA**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) trouxe para o Instituto Federal Fluminense (IFF) o grande desafio de incluir um contingente de sujeitos excluídos da escola por fatores sociais, econômicos, familiares, culturais e tantos outros no sistema regular de ensino.

Assim, no 1º semestre de 2006, o IF Fluminense campus Campos-Centro oferece o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Nessa perspectiva, coube a necessidade e o desafio do Instituto se adaptar à nova realidade, instituindo meios de instrumentalizar profissionais envolvidos nesse processo, principalmente os docentes que iriam trabalhar com a realidade dos estudantes e trabalhadores, preparar currículo integrado (ensino médio/técnico), operacionalizar os cursos, disponibilizar salas de aulas e laboratórios, ou seja, reorganizar a estrutura escolar já existente para receber os novos educandos.

A princípio foram oferecidos os cursos de formação profissional de eletrotécnica e eletrônica com 25 vagas cada um, para candidatos com idade superior a 18 (dezoito) anos que estivessem cursando ou concluído o 9º ano de escolaridade.

O acesso ao curso ocorre por meio de processo seletivo, com inscrições abertas à comunidade, há provas classificatórias, constando questões objetivas de língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e humanas e entrevista. Ao total de pontos obtidos na prova escrita é acrescido o valor de oito pontos referentes à experiência profissional de no mínimo um ano.

Diante das novas formas de organização da produção e do trabalho, mediante os avanços da tecnologia a educação de Jovens e Adultos ganha um destaque maior, por se apresentar para esses sujeitos que se encontram à margem da sociedade, como uma oportunidade de direito à educação e preparação e/ou qualificação para o mundo do trabalho.

Assim houve a necessidade de elaborar um currículo com metodologias próprias para atender as condições de sujeito trabalhador e aluno, garantindo a efetivação da formação integral e omnilateral, articulando formação geral e profissional, técnica e política, ética e social e considerando os seus saberes adquiridos ao longo da vida, pois são importantes para a aprendizagem.

Conforme estabelece a Resolução nº 1 de 2000 das Diretrizes Curriculares Nacionais em seu art. 5º, parágrafo único “A identidade própria da EJA considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio”.

Enfim, foram adotadas políticas que possibilitaram a inclusão, o acesso e permanência desses estudantes na instituição.

Devido à complexidade educacional, é de conhecimento, de muitos que os professores que atuam com esses estudantes não possuem formação específica para trabalharem com eles. Em geral atuam nos cursos técnico e médio da instituição e levam para a sala de aula a mesma pedagogia educacional e desconsideram muitas vezes, que esses alunos trazem consigo uma grande defasagem escolar.

## **Dados Estatísticos da Educação de Jovens e Adultos**

O censo escolar de 2010 revela que 51,5 milhões de estudantes encontram-se matriculados na educação básica da rede pública e privada, sendo que 2,8 milhões (67% ) frequentam o ensino fundamental, 1,38 milhões (33%) o ensino médio, 38,1 mil correspondem ao ensino médio integrado com o técnico. Ressalto que ao total de alunos matriculados 4,2

milhões correspondem à educação de jovens e adultos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa e Estatística (INPE), a taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em comparação com 2000 para 9,6% em 2010. O censo também revelou que 13,9 milhões de pessoas que não sabiam ler ou escrever encontravam-se na Região Nordeste do país, considerando que 39,2% desse contingente eram idosos.

Outro fator relevante se refere à taxa de analfabetismo dos jovens com idade entre 15 e 24 anos que atingiu 2,5% em 2010, com maior índice também na Região Nordeste com 4,9%. Se comparado com o ano de 2000, iremos verificar que houve um crescimento de alfabetização dessas pessoas passando de 94,2% para 97,5% em 2010.

Os dados levantados sobre a educação profissional indica uma expansão da matrícula em 2010 de 46% se comparada com o ano de 2007. Segundo o IPEA, esta taxa se justifica pela melhoria e expansão da qualidade da educação profissional no país.

A Educação de Jovens e Adultos conforme apresentado pelo INEP teve uma queda de 5%. Se considerarmos que em 2009 a população acima de 18 anos que não frequentavam a escola e não tinham o ensino fundamental completo era de 57,7 milhões. No entanto somente 5% desse total foram matriculados em 2010 o que demonstra um atendimento muito aquém.

Segundo o censo, um dos motivos dessa baixa estatística se justifica pela pouca oferta de escola na modalidade de EJA. Pois a maior oferta de matrícula está na rede pública correspondendo 54,8% nos estados, 41,7% nos municípios, 0,4% na rede federal e no setor privado há uma participação de 3,1%.

### **Uma Reflexão Sobre a Atuação do Serviço Social no Curso PROEJA do Instituto Federal Fluminense campus Campos-Centro.**

O profissional de Serviço Social está inserido em vários segmentos da sociedade, espaços e áreas. No campo educacional, nos tempos atuais se insere com base nos Projetos de Lei nº 3.688/2000 e nº837 de 05 de julho de 2003. Porém a sua atuação nessa área ocorre desde o início do século XX. Para Almeida:

Os novos significados que o campo educacional passou a ter para os assistentes sociais, contudo, podem ser examinados a partir de dois eixos: a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil, a dinâmica da globalização, e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional.

O fato de atuar em vários campos de trabalho, no seu fazer profissional, exige-se que ele detenha conhecimentos da realidade da sua complexidade, além dos específicos da profissão, com o objetivo de transformar as questões do cotidiano profissional na direção do Projeto Ético Político. (ALMEIDA, 2000, p.20).

É nessa perspectiva que o Serviço Social traça a sua identidade profissional no campo educacional com ações voltadas a identificar e propor alternativas acerca das questões sociais, políticas, econômicas, familiares e culturais apresentadas no espaço escolar. Para tanto, o Assistente Social deve ser:

(.....) um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (.....) desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, enfim ser um profissional propositivo e não só executivo (.....) e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nelas presentes (IAMAMOTO, 2001, p. 20, 21).

Assim, o grande desafio desse profissional é desenvolver propostas de trabalhos criativas e inovadoras para analisar e intervir nas realidades, tomando como base a sua formação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

Cabe ao Assistente Social desenvolver as seguintes funções de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

- ▶ Cooperar na efetivação da educação como direito e como elemento importante à cidadania;
- ▶ Desvendar e problematizar a realidade social, apreendendo os modos e as condições de vida dos sujeitos com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais e também seus anseios, desejos e necessidades;
- ▶ Intervir na realidade social com base na apreensão do movimento contraditório do real, a partir do seu desenvolvimento e problematização;
- ▶ Pesquisar sobre a realidade socioeconômico e familiar dos sujeitos para caracterizar a população escolar;
- ▶ Elaborar e executar programas de orientações sóciofamiliar, visando à evasão, melhor desempenho e rendimento escolar;
- ▶ Participar, em equipe multidisciplinar e interdisciplinar, para a elaboração de palestras que objetivem orientar, prevenir e intervir nas realidades;
- ▶ Ampliar o conhecimento dos sujeitos envolvidos com a educação, por meio de entendimento das questões sociais;
- ▶ Realizar pesquisas para fornecer dados para análise da realidade social e;
- ▶ Realizar instrumentos técnicos operativos como: visitas domiciliares, estudos e pareceres sociais, atendimentos diversos para intervenção na realidade educacional.

Lembramos que o exercício profissional é regulamentado pela Lei nº. 8.662/93 e pelo Código de Ética Profissional que determina quais são os direitos e deveres e nos indicando um horizonte para o exercício profissional, conforme nos mostra Marilda:

O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2000, p.53).

Considerando as novas demandas colocadas à Educação nos últimos tempos, o IFF para atender o universo de aproximadamente 8.000 alunos de todos os campi, teve a necessidade de colocar em prática políticas educacionais voltadas ao atendimento de seu alunado de maneira a privilegiar sua formação, acesso e permanência na Instituição.

O Programa de Assistência e Apoio Estudantil (PAAPE), objetivando promover a inclusão social pela educação, estabelece um conjunto de ações voltadas ao atendimento das necessidades dos discentes.

A Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE) setor responsável pela elaboração e execução de vários projetos e programas de Assistência e Apoio ao Estudante, oferece dentre eles: Bolsa de Iniciação Profissional, Bolsa de Assistência ao PROEJA, Programa Alimentação, Auxílio Transporte e Moradia, Ajuda de custo para alimentação nas visitas técnicas, Encaminhamentos para especialidades médicas em Instituições Conveniadas, Medicamentos, Assistência Odontológico, Suporte aos alunos com dificuldades/transtornos de aprendizagem, Orientação Familiar. Ressaltamos que a análise socioeconômica é um dos principais critérios para a participação.

Para executar todas as ações citadas acima, contamos com uma equipe formada por 04 Assistentes Sociais, 01 técnico em assuntos educacionais, 02 estagiárias de Serviço social e bolsistas de iniciação profissional.

Atualmente, as ações do Serviço Social no PROEJA estão direcionadas à análise do socioeconômico para a contemplação na bolsa de assistência ao PROEJA e Iniciação Profissional, além de encaminhamentos para médicos especialistas, serviço odontológico e aquisição de medicamentos.

No entanto, diante das questões sociais que são vivenciadas por esses alunos no cotidiano escolar, percebo que o Serviço Social precisa ir além das intervenções citadas. Exige que o profissional assuma um compromisso sistemático e integral com esse público, desenvolvendo programas que vão ao encontro das diversas necessidades apresentadas por eles e apoiando os outros profissionais que atuam de forma direta e indireta.

Desse modo, se faz necessário conhecer a realidade desses alunos que chegam à sala de aula demonstrando cansaço físico e mental causado por jornada extensa de trabalho, falta de tempo livre para estudar fora da sala escola, baixo rendimento escolar, desemprego, vulnerabilidade social e tantos outros fatores que contribuem para a evasão e o fracasso escolar, conforme comprovado em pesquisas realizadas anteriormente.

Enfim, a inserção do Assistente Social no cotidiano dos estudantes do PROEJA proporcionará condições de estabelecer uma relação de confiança, identificar as necessidades e demandas postas e dar respostas a

elas, implementar políticas educacionais articuladas numa perspectiva de interdisciplinariedade a partir do diálogo, e instituir ações que solucionem as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos.

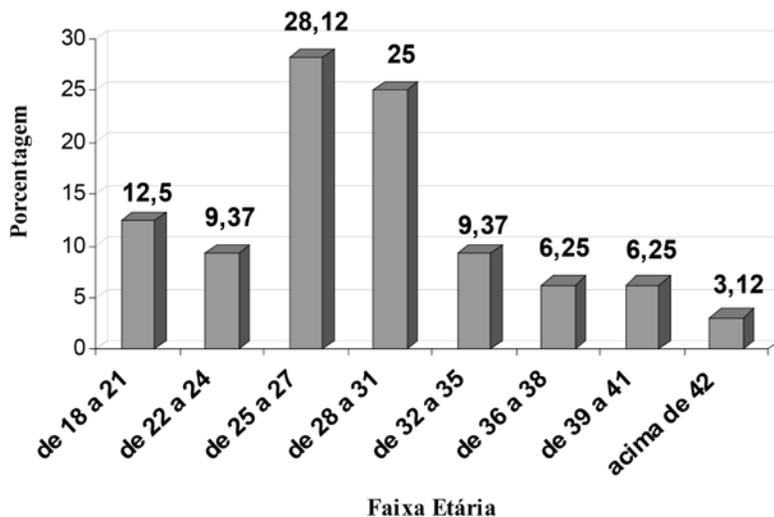
Assim, esse profissional estará contribuindo para a efetivação dos direitos sociais, educacionais e contribuindo para o acesso e permanência do aluno do PROEJA no espaço escolar, num movimento de superação das desigualdades sociais.

## Apresentação da Pesquisa

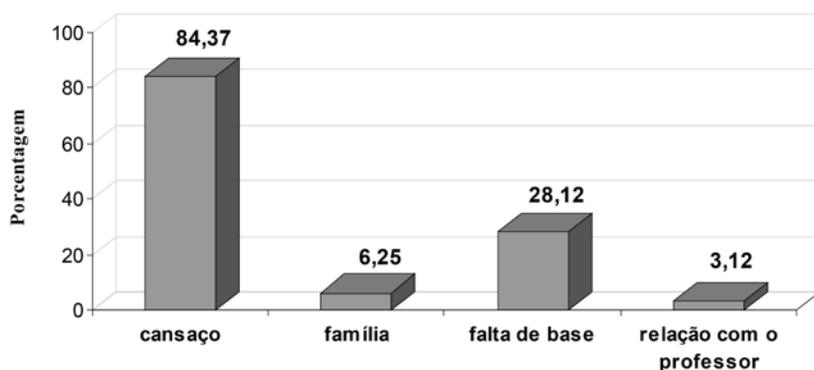
Com o objetivo de conhecer o perfil dos alunos do curso PROEJA aplicamos um questionário em sala de aula, que continham 14 perguntas abertas e fechadas, sobre os aspectos socioeconômico, profissional e escolar, participaram da amostra as turmas do 6º módulo de Eletrotécnica e o 1º módulo de Eletrônica, o total de 32 alunos.

Das leituras desses relatórios, foram extraídos os seguintes dados: idade; sexo; renda familiar; tempo em que o aluno encontrava-se afastado da escola, possui outro curso técnico; motivos por que frequentam o PROEJA; diferença que o curso faz para se inserir no mercado de trabalho. Expectativa do curso; o certificado do IFF será um facilitador no mercado de trabalho; situação atual de trabalho; conhecimento do Serviço Social, quais foram os serviços utilizados; situação atual de trabalho. Apresentamos abaixo alguns desses resultados.

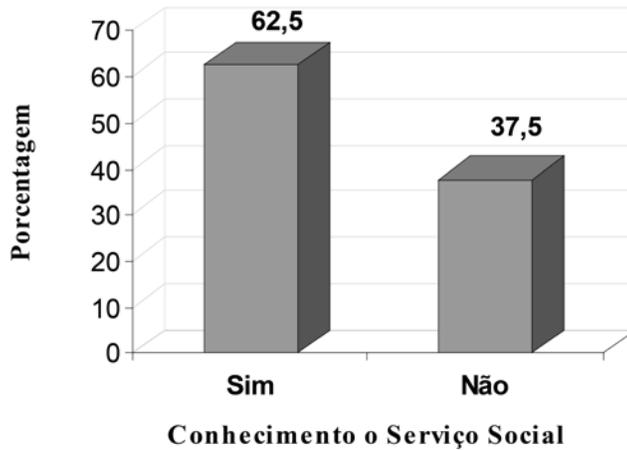
O perfil dos alunos pesquisados foi bastante diversificado. Quanto à distribuição dos participantes por faixa etária, 12,5% têm entre 18 e 21 anos; 9,37% têm entre 22 e 24 anos e 32 e 35, 28,12% têm entre 25 e 27 anos, 25%; têm entre 28 e 31 anos; 6,25% têm entre 36 e 41 anos; 3,12% têm acima de 41 anos. O gráfico 1 apresenta os resultados obtidos no que diz respeito à faixa etária dos alunos.

**Gráfico 1** - Distribuição dos alunos pesquisados por faixa etária

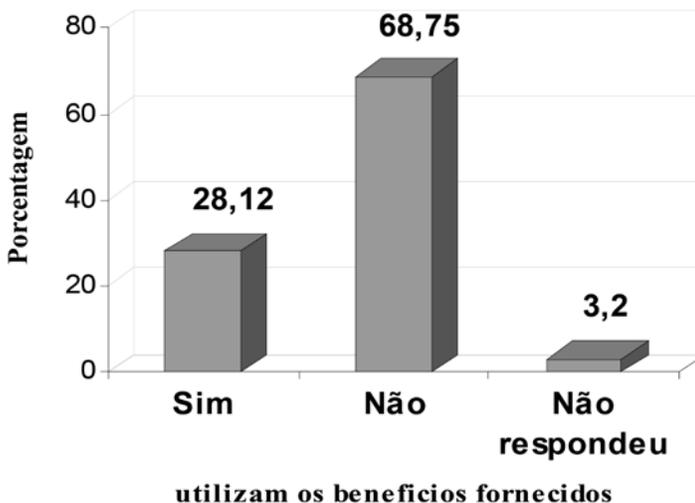
Este item analisado nos proporcionou a possibilidade de avaliar que 84,37% dos entrevistados têm como dificultador de aprendizagem o cansaço. No entanto vários dos entrevistados assinalou mais de uma opção. O gráfico 2 apresenta os resultados obtidos no que diz respeito aos dificultadores de aprendizagem.

**Gráfico 2** - Distribuição dos alunos pesquisados quanto aos dificultadores na aprendizagem

Após a análise das informações do gráfico, foi possível detectar que a grande maioria dos entrevistados tem conhecimento do Serviço Social da instituição onde estudam. O gráfico 3 apresenta os resultados obtidos no que diz respeito ao conhecimento do Serviço Social.

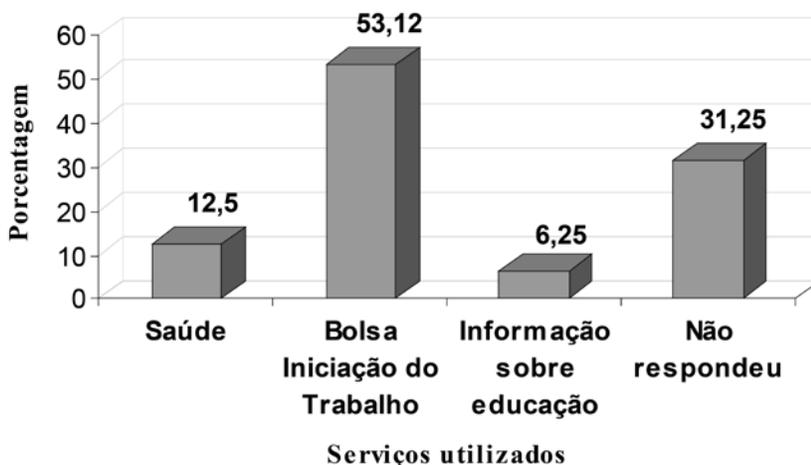
**Gráfico 3** - Distribuição dos alunos pesquisados quanto a conhecimento o Serviço Social

Embora, conforme vimos acima, mais da metade dos entrevistados tem conhecimento do Serviço Social, no entanto somente 28,12%, já utilizaram os benefícios oferecidos. O gráfico 12 apresenta os resultados obtidos no que diz respeito aos benefícios utilizados. Conforme nos mostra o gráfico 4.

**Gráfico 4** - Distribuição dos alunos pesquisados quanto a utilização dos benefícios fornecidos

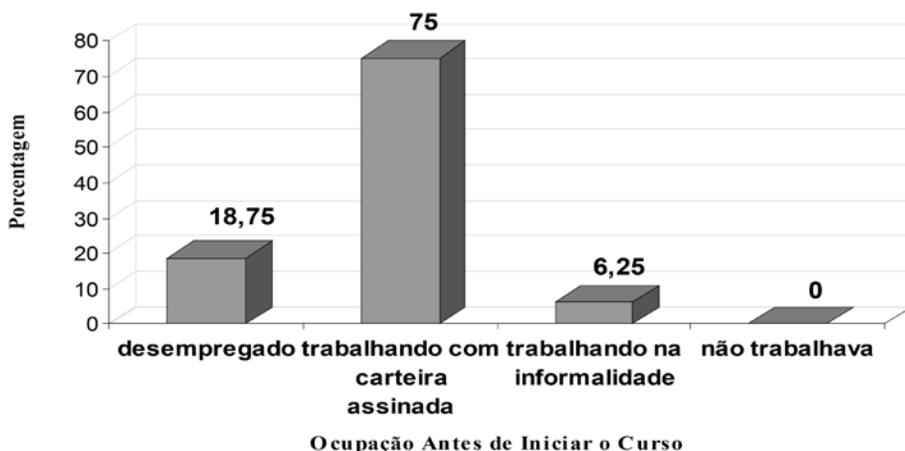
Para finalizar, perguntamos aos entrevistados quais foram os serviços oferecidos que foram utilizados por eles. Foi possível verificar que 17 entrevistados, correspondendo a 53,12% se interessaram pela bolsa de iniciação profissional. Quanto aos 31,25% que não responderam são os que não conhecem ou não utilizaram nenhum projeto. Conforme nos mostra o gráfico 5.

**Gráfico 5** - Distribuição dos alunos pesquisados quanto aos serviços utilizados



Observou-se que todos os alunos encontravam-se trabalhando de alguma forma, 18,75% dos alunos antes de iniciar o curso encontravam-se desempregados, 75% estavam trabalhando com carteira assinada, somente dois alunos (6,25%) encontravam-se trabalhando na informalidade. O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos no que diz respeito a ocupação profissional antes de iniciar o curso.

**Gráfico 6** - Distribuição dos alunos pesquisados por ocupação profissional antes de iniciar o curso



## Considerações finais

Buscamos neste trabalho analisar a prática e a importância da inserção do Serviço Social no PROEJA, enquanto um novo espaço educacional na instituição.

No desenvolvimento das reflexões, percebemos que o Serviço Social foi reconhecido pela grande maioria dos alunos. No entanto, mais de 65% não participam e nunca participaram dos programas propostos pela Coordenação de Apoio ao Estudante.

Esse resultado evidencia que o Assistente Social precisa se tornar presente nesse espaço educacional, para oportunizar e estimular os estudantes a solicitarem esse profissional diante das suas questões sociais. Assim, teremos a oportunidade de estabelecer um vínculo com os mesmos e a partir daí, desenvolver juntamente com os outros profissionais que atuam nesse espaço, principalmente os docentes, ações que privilegiem o acesso, a inclusão e permanência no ambiente escolar.

Considerando a realidade acima, e compreendendo a necessidade de oferecer uma ampliação da prática do Assistente Social com esse público, propomos em um primeiro momento que seja disponibilizado um espaço físico adequado de forma a garantir uma qualidade no exercício profissional.

Esse ambiente reservado proporcionará condições para o conhecimento e acompanhamento das reais necessidades socioeducacionais que se revelam no cotidiano escolar, exigindo muitas vezes ações imediatas do profissional de Serviço Social.

Acreditamos que desta forma o Serviço Social estará delineando no PROEJA o seu espaço profissional.

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira, O Serviço Social na Educação. *Revista Inscrita*, Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, n.6, 2000.

BOLETIM TÉCNICO DO SENAC: A revista da Educação profissional, Rio de Janeiro, SENAC, v. 37, n. 2, maio/ago. 2011.

BRASIL. Código de Ética do Assistente Social. *Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão*. 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 18 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005*.

\_\_\_\_\_. *Construção Coletiva: Contribuições a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Unesco, Mec, Raab, 2008, (Coleção educação para todos; v. 3)

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 2.208 de 17 de Abril de 1997*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 de Setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da educação Profissional da educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 Out. 2011.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 18 Out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. *Parecer CNE/CNB nº 11/2000*, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Programa de Integração da Educação profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA*. Documento Base, 2007.

\_\_\_\_\_. *Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do Assistente Social*. Resolução CFESS Nº 273, de 13 de Março de 1993.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela Carvalho. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. PNAD 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL. *Censo da Educacional Profissional: resultado de 2010*. Brasília: INEP, 2010.

MACHADO, Maria da Conceição Brenha. *A trajetória da EJA na década de 1990, políticas públicas sendo substituídas por "solidariedade"*. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br>>. Acesso em: 3 out.2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. *Sociedade Social & Sociedade*, n. 57, São Paulo: Cortez, 1998.

NETRAD. *Diagnostico das Condições Socioeconômicas da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes*. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento regional/ Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes: Fundação Jornalista Oswaldo Lima/ PMCG, 2006.

OLIVEIRA, Inês de; PAIVA, Jane (Orgs). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. *Boletim Técnico: A revista da Educação profissional*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, maio/ago. 2011.

REVISTA Serviço Social & Realidade. Unesp, França, SP, Brasil, 1993-2002, v.11, n.1, p.1-254, 2002.

